

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
O goleiro Barbosa e as máquinas do tempo.....	25
Esperar ou acelerar?.....	26
Os temas centrais da obra .....	28
O roteiro do trabalho.....	29
Vale a pena gastar o seu precioso tempo para ler este livro? .....	32
Ganhando tempo com Quintana.....	34
 <b>Entreato Primeiro</b>	
<b>O JUIZ BRIDOYE E O DESABAFO DO QUERELANTE.....</b>	<b>35</b>

### **PARTE I**

#### **A LUTA PELA TEMPESTIVIDADE PROCESSUAL CONTRIBUINDO PARA UM NOVO TEMPO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO**

##### **Capítulo 1**

<b>A LUTA PELA TEMPESTIVIDADE PROCESSUAL FOMENTANDO O CONCRETISMO DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO. A DEFESA DO MÉTODO “MAIS-CONCRETISTA” .....</b>	<b>41</b>
1.1 O objeto e a contextualização deste capítulo.....	41
1.2 O protagonismo da luta pela tempestividade no processo civil brasileiro atual.....	42
1.2.1 Euforia e frustração .....	42
1.2.2 O movimento de combate à morosidade processual .....	47
1.2.3 A transcendência da questão da tempestividade do processo em sede doutrinária .....	50

1.3	Parêntesis: a (natural) inflexão concretista do processo civil.....	52
1.3.1	A superação da fase metodológica autonomista e a chegada do movimento do acesso à justiça .....	52
1.3.2	A doutrina brasileira e a inflexão concretista do processo civil: ilustrações .....	58
1.4	Amarrando as pontas: a luta pela tempestividade processual contribuindo para elevar o nível de concretismo do processo civil brasileiro .....	62
1.4.1	<i>Fiat lux</i> : a atuação do Conselho Nacional de Justiça na revelação dos números do Judiciário brasileiro.....	63
1.4.2	A importância cada vez maior das pesquisas empíricas no campo processual.....	68
1.4.3	O recurso crescente a disciplinas extrajurídicas .....	72
1.4.4	O protagonismo da questão da tempestividade e o fomento do concretismo: observações conclusivas.....	76
1.5	O reconhecimento do método “mais-concretista” e um novo tempo no processo civil brasileiro .....	77
1.5.1	O reconhecimento do método “mais-concretista”.....	77
1.5.2	Um novo tempo no processo civil brasileiro .....	78
1.6	Desdobramento essencial do método mais-concretista: a conexão com a realidade e a cultura nativas.....	85
1.6.1	A influência de fatores culturais sobre o processo civil .....	86
1.6.2	A influência de fatores sociais e urbanísticos sobre o processo civil.....	89
1.6.3	A necessidade de se interpretar/aplicar o processo civil brasileiro levando a sério o solo em que está plantado.....	91
1.7	Outros desdobramentos do método mais-concretista .....	95
1.8	Riscos inerentes à linha mais-concretista e a ratificação da sua defesa .....	100
1.8.1	Alguns riscos.....	100
1.8.2	A reafirmação da proposta mais-concretista.....	103

### **Entreato Segundo**

<b>PROCESSOS FAMOSOS E DEMORADOS .....</b>	<b>107</b>
--	------------

## **PARTE II**

### **DADOS DE REALIDADE: ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA TEMPESTIVIDADE PROCESSUAL ONTEM E HOJE, AQUI E ALHURES**

#### **Capítulo 2**

<b>A ATEMPORALIDADE E A UNIVERSALIDADE DO PROBLEMA DA LENTIDÃO DOS PROCESSOS.....</b>	<b>113</b>
---	------------

2.1	O objeto e a contextualização deste capítulo.....	113
2.2	A insatisfação com a duração dos processos: um sentimento que atravessa séculos e continentes.....	114
2.2.1	Algumas ilustrações da insatisfação com a duração dos processos na coordenada histórica.....	114
2.2.2	Algumas ilustrações da insatisfação com a duração dos processos na coordenada espacial.....	118
2.3	A insatisfação com a duração dos processos gerada pela atuação dos próprios organismos internacionais destinados a coibir a duração excessiva.....	120
2.3.1	O caso da Corte Europeia.....	120
2.3.2	O caso do sistema interamericano .....	126
2.4	A experiência italiana .....	132
2.4.1	As afinidades entre Brasil e Itália na questão da (não) tempestividade do processo.....	132
2.4.2	O reformismo febril do processo italiano.....	135
2.4.3	A constitucionalização do <i>giusto processo</i> e da razoável duração do processo .....	139
2.4.4	A Legge Pinto italiana e suas desventuras: um modelo a ser seguido? .....	145

### **Entreato Terceiro**

<b>CAUSAS “SENSORIAIS” DA MOROSIDADE .....</b>	<b>155</b>
--	------------

### **Capítulo 3**

<b>A QUESTÃO DA TEMPESTIVIDADE PROCESSUAL NO BRASIL: RETRATOS EMPÍRICOS.....</b>	<b>159</b>
--	------------

3.1	O objeto e a contextualização deste capítulo.....	159
3.2	Aportando em solo brasileiro: a morosidade processual em algum lugar do passado .....	159
3.2.1	Editoriais de jornais brasileiros antigos sobre a questão da morosidade processual.....	161
3.2.2	Matérias e notícias de jornais brasileiros antigos sobre a questão da morosidade processual .....	164
3.2.3	Breves comentários sobre os textos jornalísticos colhidos .....	169
3.3	Retratos da Justiça brasileira contemporânea a partir especialmente do relatório <i>Justiça em números</i> , do Conselho Nacional de Justiça .....	170
3.3.1	Os números.....	170
3.3.2	Números rebeldes: nada a estranhar.....	180

3.3.3	Uma Justiça cara e o fenômeno conexo do gigantismo do mundo jurídico no Brasil.....	183
3.3.4	Uma Justiça morosa, mas produtiva quantitativamente .....	188
3.3.5	Uma Justiça lotada? As demandas “de menos” .....	192
3.3.6	As demandas “de mais”: uma Justiça altamente concentrada .....	195
3.4	Um traço da Justiça brasileira contemporânea que não se lê nos relatórios do CNJ: a obsessão por números – e os seus riscos .....	201

#### **Entreato Quarto**

<b>LIMINARES TEMÍVEIS (HOMENAGEM A CALMON DE PASSOS) .....</b>	<b>209</b>
--	------------

### **PARTE III**

#### **A TEMPESTIVIDADE DO PROCESSO SOB O ÂNGULO NORMATIVO E SUA DIMENSÃO CONFLITUAL**

#### **Capítulo 4**

<b>A TRÍADE CONSTITUCIONAL DA TEMPESTIVIDADE (EM SENTIDO AMPLO): CELERIDADE, DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E TEMPESTIVIDADE ESTRUTURAL .....</b>	<b>215</b>	
4.1	O objeto e a contextualização deste capítulo.....	215
4.2	O panorama normativo brasileiro: rápida incursão .....	217
4.2.1	O plano constitucional.....	218
4.2.2	O plano infraconstitucional.....	220
4.3	Aportes doutrinários sobre a questão da tempestividade processual .....	224
4.3.1	Primeiro grupo: ênfase no sentido ponderativo .....	225
4.3.2	Segundo grupo: ênfase garantista .....	228
4.3.3	Terceiro grupo (variante do segundo): ênfase garantista qualificada pela rejeição explícita da celeridade como princípio .....	229
4.3.4	Quarto grupo: a duração razoável do processo próxima (ou mesmo equivalente) a celeridade, eficiência e economia processual.....	232
4.3.5	Quinto grupo (variante do quarto): o reconhecimento da celeridade como valor processual relevante e autônomo.....	235
4.3.6	Breves observações sobre a doutrina apresentada.....	236
4.4	A concepção tricotômica da tempestividade processual: apresentação.....	238
4.5	O princípio constitucional da celeridade processual .....	242
4.5.1	As razões constitucionais em favor do princípio da celeridade.....	242
4.5.2	As razões do direito processual em favor do princípio da celeridade.....	246

4.5.3	As razões da teoria dos princípios em favor do princípio da celeridade.....	249
4.5.4	Notas conclusivas sobre o princípio da celeridade processual.....	251
4.6	O princípio constitucional da duração razoável do processo .....	252
4.6.1	Uma figura deveras singular .....	253
4.6.2	A duração razoável do processo como princípio “branco”, “princípio-destino” ou princípio da “miscela propizia” (conforme expressão de Giacomo Marramao).....	256
4.6.3	O princípio da duração razoável do processo e a responsabilidade civil do Estado pela duração irrazoável.....	259
4.7	A relação entre os princípios da celeridade e da duração razoável do processo: algumas aplicações.....	261
4.7.1	Celeridade e duração razoável como vetores que seguem direções diferentes.....	261
4.7.2	Celeridade e duração razoável como vetores que seguem a mesma direção (ou: o “pote” da duração razoável repleto de celeridade).....	265
4.7.3	Arremate sobre o relacionamento entre celeridade e duração razoável do processo.....	272
4.8	O princípio constitucional da tempestividade estrutural.....	273
4.8.1	O direito processual sob uma perspectiva mais abrangente .....	273
4.8.2	O alargamento dos horizontes do processo civil e a questão da tempestividade.....	277
4.8.3	O princípio da tempestividade estrutural: linhas principais e áreas de conflito.....	280
4.9	A tempestividade do processo e a Emenda Constitucional n. 45/2004: acréscimo redundante ou a reconfiguração do sistema processual brasileiro? .....	284
4.9.1	Opiniões várias sobre a valia normativa da Emenda Constitucional n. 45/2004.....	285
4.9.2	A nossa posição (mostrando a utilidade da visão tricotômica da tempestividade processual).....	289

### **Entreato Quinto**

<b>O TEMPO DO JULGAMENTO DECIDINDO A CAUSA.....</b>	<b>293</b>
---	------------

### **Capítulo 5**

<b>CASOS DIFÍCEIS RELATIVOS À TEMPESTIVIDADE DO PROCESSO CIVIL NA ORDEM BRASILEIRA. PARÂMETROS PARA O ADEQUADO TRATAMENTO DOS CONFLITOS .....</b>	<b>295</b>
---	------------

5.1 O objeto e a contextualização deste capítulo.....	295
---	-----

5.2	A dimensão conflituosa da tempestividade do processo: premissas relevantes .....	297
5.2.1	Primeira premissa: os conflitos são reais, e não apenas aparentes.....	297
5.2.2	Segunda premissa: é melhor não contar com almoços gratuitos na quadra da tempestividade processual.....	302
5.2.3	Terceira premissa: não existe Floyd Mayweather Jr. na arena da tempestividade processual.....	304
5.3	Controvérsias relativas à eficácia negativa da tríade constitucional da tempestividade do processo .....	309
5.3.1	A exposição das controvérsias .....	309
5.3.2	Uma eficácia que dificilmente se materializa .....	314
5.3.3	Parâmetro sugerido .....	319
5.4	Um choque ruidoso: inafastabilidade x tempestividade estrutural.....	320
5.4.1	O diagnóstico da situação .....	320
5.4.2	Alguns julgamentos versando sobre o princípio da inafastabilidade .....	323
5.4.3	Afinal, o princípio da inafastabilidade pode ser limitado, a bem da tempestividade estrutural? .....	328
5.4.4	Parâmetro sugerido .....	331
5.5	O outro lado da inafastabilidade do controle jurisdicional (como reserva de jurisdição) e a tensão, novamente, com a tempestividade estrutural do processo.....	332
5.5.1	O flagelo das execuções fiscais e o protesto de certidões de dívida ativa (CDA).....	332
5.5.2	Breves comentários sobre o julgamento da ADI 5.135 .....	337
5.5.3	Os riscos da autoexecutoriedade dos atos administrativos .....	340
5.5.4	Parâmetro sugerido .....	341
5.6	O princípio constitucional da tempestividade estrutural e a existência de conflitos com interesses profissionais.....	342
5.6.1	Um tipo de conflito pouco notado.....	342
5.6.2	Parâmetro sugerido .....	345
5.7	Juizados especiais cíveis: celeridade máxima? Os vetores da duração razoável e da celeridade nem sempre alinhados .....	345
5.7.1	Um terreno extremamente conflituoso.....	345
5.7.2	Algumas propostas visando ao (difícil) equilíbrio do sistema.....	348
5.7.3	A vedação às ações rescisórias nos juizados sob o prisma do princípio da duração razoável do processo .....	352
5.7.4	Parâmetro sugerido .....	355

5.8	Em matéria de competência: a celeridade ao lado da primazia do mérito, e ambas recheando o “pote” da duração razoável .....	355
5.8.1	A exposição do conflito valorativo .....	355
5.8.2	Análise jurisprudencial .....	357
5.8.3	A força da tempestividade constitucional.....	362
5.8.4	Pela atenuação das incompetências absolutas .....	364
5.8.5	Parâmetro sugerido .....	367

### **Entreato Sexto**

<b>CELERIDADE SEM CONTRAINDICAÇÕES .....</b>	<b>369</b>
--	------------

### **Capítulo 6**

<b>A DIMENSÃO CONFLITUAL DA TEMPESTIVIDADE DO PROCESSO EM ALTA POTÊNCIA: A SEARA DA ATIVIDADE EXECUTIVA .....</b>	<b>373</b>
---	------------

6.1	O objeto e a contextualização deste capítulo.....	373
6.2	As aventuras e desventuras da execução no Brasil .....	375
6.2.1	A influência do fator cultural .....	375
6.2.2	O aspecto legal .....	382
6.2.3	A jurisprudência garantista (pró-devedor) do Superior Tribunal de Justiça .....	389
6.2.4	A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça mais preocupada com a efetividade das execuções .....	397
6.2.5	Marcelo Lima Guerra e o direito fundamental à tutela executiva.....	403
6.3	A execução sob as lentes da sistemática constitucional da tempestividade do processo.....	406
6.3.1	Tempestividade e execução (em senso amplo): liame estreito realçado pelo CPC de 2015.....	406
6.3.2	A duração razoável da execução orientada primordialmente pelo vetor da celeridade .....	407
6.3.3	A celeridade como princípio capital no âmbito da execução, referendando e fortalecendo o direito fundamental à tutela executiva .....	411
6.3.4	A pujança da celeridade na execução e as inevitáveis ponderações a que fica sujeita.....	414
6.4	Desenvolvimento complementar: a específica força jurídica (da passagem) do tempo na tutela executiva.....	417
6.4.1	Parêntesis: a ordinária força jurídica (da passagem) do tempo .....	417
6.4.2	A força jurídica (da passagem) do tempo no plano da execução, à luz do módulo constitucional da tempestividade do processo .....	419
6.5	A forte aliança entre celeridade e boa-fé no campo executivo .....	421

6.6	As impenhorabilidades e o módulo constitucional da tempestividade: atuação dentro dos limites semânticos da lei .....	428
6.6.1	Breve recapitulação.....	428
6.6.2	A “regra de ouro” ditada pelo princípio constitucional da celeridade	429
6.6.3	Aplicações da “regra de ouro”.....	431
6.6.4	Súmulas ampliando impenhorabilidades: necessidade de cautela...	433
6.7	A sistemática constitucional da tempestividade do processo como fundamento e critério para a flexibilização das hipóteses legais de impenhorabilidade.....	435
6.7.1	O que mais motiva as flexibilizações: a sistemática legal imperfeita.	435
6.7.2	O debate doutrinário sobre a relativização – ou não – das impenhorabilidades legais .....	437
6.7.3	A inevitabilidade das flexibilizações .....	440
6.7.4	O “gatilho” temporal – a tempestividade constitucional e o estabelecimento de critérios idôneos para as flexibilizações.....	442
6.7.5	O fator temporal servindo à relativização de impenhorabilidades legais: aplicações concretas.....	445
6.7.6	Alguns contrapontos.....	449
6.8	A tempestividade constitucional e os meios executivos atípicos aplicados às obrigações de pagar.....	451
6.8.1	Um tema extremamente polêmico.....	451
6.8.2	A necessidade do estabelecimento de parâmetros e limites para a aplicação de medidas atípicas às prestações pecuniárias .....	454
6.8.3	As medidas atípicas em espécie: o clímax do dissenso .....	459
6.8.4	Primeiros julgamentos do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema.....	462
6.8.5	O tema à luz do módulo constitucional da tempestividade do processo .....	468
6.8.6	Meios atípicos aplicados às prestações pecuniárias: observações finais.....	474
6.9	Parâmetros sugeridos .....	476

### **Entreato Sétimo**

<b>TEMPOS E CONTRATEMPOS SUPREMOS.....</b>	<b>479</b>
--	------------

### **Epílogo**

<b>SÍNTESE DAS IDEIAS PRINCIPAIS .....</b>	<b>485</b>
--	------------

Quanto ao primeiro capítulo – A luta pela tempestividade processual fundamentando o concretismo do processo civil brasileiro. A defesa do método “mais-concretista” .....	485
---	-----



---

Quanto ao segundo capítulo – A atemporalidade e a universalidade do problema da lentidão dos processos .....	488
Quanto ao terceiro capítulo – A questão da tempestividade processual no Brasil: retratos empíricos.....	490
Quanto ao quarto capítulo – A tríade constitucional da tempestividade (em sentido amplo): celeridade, duração razoável do processo e tempestividade estrutural .....	492
Quanto ao quinto capítulo – Casos difíceis relativos à tempestividade do processo civil na ordem brasileira. Parâmetros para o adequado tratamento dos conflitos .....	498
Quanto ao sexto capítulo – A dimensão conflitual da tempestividade do processo em alta potência: a seara da atividade executiva .....	502
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>509</b>